

Circular nº 191/2025

Brasília (DF), 28 de abril de 2025.

Às seções sindicais, às(aos) diretoras(es) e secretarias regionais do ANDES-SN

Assunto: Nota de repúdio da diretoria do ANDES-SN à ação violenta da Polícia Militar do estado do Mato Grosso do Sul

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento e ampla divulgação, nota de repúdio da diretoria do ANDES-SN à ação violenta da Polícia Militar do estado do Mato Grosso do Sul ao Acampamento Esperança (MST) no município de Dourados (MS).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Caroline de Araújo Lima
1^a Secretária

NOTA DE REPÚDIO DA DIRETORIA DO ANDES-SN À AÇÃO VIOLENTA DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL AO ACAMPAMENTO ESPERANÇA (MST) NO MUNICÍPIO DE DOURADOS (MS)

No último domingo, dia 27 de abril de 2025, 300 trabalhadores e trabalhadoras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram despejados(as) da ocupação da área da empresa JBS, no município de Dourados (MS), realizada no “Abril Vermelho” em curso. A área se apresenta como improdutiva e, há mais de 12 anos, é pautada para fins da Reforma Agrária, conforme preceitua a Constituição Federal de 1988.

A ação foi realizada pela Polícia Militar do estado, sem a existência de ordem judicial e com uso de força desproporcional sobre as famílias lá acampadas, utilizando-se de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. A ação truculenta do aparato repressor do estado foi respondida pelo MST com o fechamento de rodovias na manhã do dia 28.

O movimento de ocupação da terra que deixa de cumprir a sua função social é o objetivo do processo de ampliação do Acampamento Esperança, estabelecido há pouco mais de dois anos, ao longo da rodovia MS-379, e que apresenta ampla produção de alimentos agroecológicos.

Essa investida é parte das ações do agronegócio sob os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, assim como sobre as terras indígenas. No ano de 2024, o Acampamento Esperança sofreu ataques de jagunços dos fazendeiros locais a partir da manifestação de solidariedade do MST às investidas sobre as terras indígenas e sobre as vidas dos Guarani Kaiowá na Terra Indígena Panambi Lagoa-Rica, em Douradina (MS), que, mesmo reconhecida como TI legalmente desde 2011, ainda é alvo de ações dos jagunços.

O MST lançou Nota de Solidariedade sobre o ocorrido em que apresenta o cenário de concentração fundiária no Mato Grosso do Sul e as ações do Movimento para garantir a realização de Reforma Agrária e a garantia de alimentos saudáveis para a sociedade. A Nota realiza, ainda, convocação para a sua assinatura, e a Diretoria do ANDES-SN manifesta adesão à Nota de Solidariedade e conclama as demais entidades que possam fazê-lo.

A Diretoria do ANDES-SN repudia com veemência esta violência de Estado. A postura do estado tem impulsionado a concentração fundiária no país, em que 1% das propriedades rurais concentram 45% da área rural e, cada vez mais, locupletam a oligarquia rural do país e sequestram a Reforma Agrária prevista constitucionalmente.

Exigimos ações incisivas do Estado nas ações de Reforma Agrária sobre as terras improdutivas.

Reforma Agrária Popular!
Ocupar, para o Brasil alimentar!

Brasília (DF), 28 de abril de 2025.

Diretoria do ANDES - Sindicato Nacional